

UM EQUÍVOCO E OUTROS ACERTOS (ESPERAMOS):

UMA LEITURA DE *A REVOLUÇÃO PASSIVA*: *IBERISMO E AMERICANISMO NO BRASIL*

A MISTAKE AND (WE HOPE) OTHER CORRECT INTERPRETATIONS: A READING OF *A REVOLUÇÃO PASSIVA*:
IBERISMO E AMERICANISMO NO BRASIL

Bernardo Ricupero

Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

Camila Góes

Pesquisadora de pós-doutorado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RESUMO

Texto proferido no Seminário Intermediário do Grupo de Trabalho de Pensamento Social no Brasil da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Área Temática de Pensamento Político Brasileiro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado em 2017 na Universidade de São Paulo (USP), em homenagem à obra de Werneck Vianna *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2004) por ocasião dos 20 anos de seu lançamento. Destaca-se a visão original que o autor oferece sobre o Brasil com base na leitura de Antonio Gramsci em especial, mas também de Richard Morse e Alexis de Tocqueville, e os usos que realizou das categorias de “americanismo” e “revolução passiva”. O artigo busca destacar as proximidades entre Werneck Vianna e Gramsci e qualificar o primeiro como tradutor das ideias do segundo.

Palavras-chave: revolução passiva; americanismo; tradução; política; Brasil.

ABSTRACT

This paper was prepared to the Intermediate Seminar of the Working Group on Social Thought in Brazil of Anpocs and the Thematic Area of Brazilian Political Thought of ABCP held in 2017 at the University of São Paulo, in tribute to the book of Werneck Vianna *The passive revolution: iberism and americanism in Brazil* on the occasion of the 20th anniversary of its publication. This paper highlights the original vision that the author offers about Brazil from his reading of Antonio Gramsci in particular, but also of Richard Morse and Alexis de Tocqueville, and the uses he made of the categories of “americanism” and “passive revolution.” In particular, the paper seeks to highlight the proximity between Werneck Vianna and Gramsci and qualify the first author as a translator of the second author.

Keywords: passive revolution; americanism; translation; politics; Brazil.

Introdução

A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil, livro lançado em 1997, reúne artigos de Luiz Werneck Vianna publicados entre 1991 e 1996. Trata-se de um trabalho que surgiu no período áureo do que se convencionou chamar de neoliberalismo. O momento em que foi escrito sente-se, por exemplo, na afirmação que abre o ensaio: “O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci”, cujo conteúdo afirma que a época da globalização seria de “desqualificação da presença do ator no mundo [...] reconhecendo-se somente o protagonismo dos fatos” (Vianna, 1997, p. 29). Percebe-se também a presença dos anos 1990 na aposta do livro nos sem-terra, “novos americanos da fronteira” (Vianna, 1997, p. 10), que possivelmente abririam caminho para uma “via americana” mais próxima da original, em que o acesso à terra poderia favorecer a democratização não apenas política mas também social. É verdade que nosso autor nota igualmente, de maneira acurada, um fundo jesuíta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), traço iberista que se combinaria com a nota americanista do movimento.

Werneck Vianna fizera seu doutorado na década de 1970, momento chave que outro autor de uma importante tese da época, Otávio Velho (1941-), chamou de modernização autoritária. Isto é, os jovens cientistas sociais de então percebiam que o autoritarismo saído de 1964, diferentemente do que acreditaram os prognósticos iniciais realizados depois do golpe, aprofundava a modernização do capitalismo brasileiro. Teses e outros trabalhos voltavam-se, assim, para entender a peculiar combinação entre “arcaico” e “moderno” no Brasil, privilegiando macroexplicações que, consciente ou inconscientemente, aproximavam-nas dos grandes ensaios de “interpretação do Brasil” anteriores à institucionalização das Ciências Sociais. Mais especificamente, ganha importância para nosso autor e seus companheiros de geração a sociologia histórica comparada. Significativamente, os grandes interlocutores de *A revolução passiva...*, Antonio Gramsci (1891-1937), Aléxis de Tocqueville (1805-1859) e, à sua maneira, Richard Morse (1922-2001), também realizaram trabalhos de sociologia histórica comparada.

No momento em que escrevia sua tese, Werneck Vianna observava o processo intenso de modernização econômica que, em suas palavras, separaram “o agir do pensar, o público do privado”. No plano da ação e do pensamento, sua obra surgia como um ato de resistência tanto num plano, quanto no outro. Em *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1978), a referência de Gramsci surgia junto à de Lenin. As ideias de via prussiana e de revolução passiva eram úteis ao propósito de indicar os traços de continuidade do período autoritário em que vivia então, com relação à agenda modernizadora do ciclo autoritário precedente, reforçando que o avanço da ordem burguesa no Brasil prosseguia, mesmo que por elites conservadoras e com base na expropriação política dos setores subalternos da sociedade. A chamada “revolução pelo alto”, como uma forma



de induzir a modernização econômica através da intervenção política, havia implicado também uma “conservação” do sistema político (Vianna, 1978).

Destacamos os contextos em que *A revolução passiva...* e *Liberalismo e sindicato no Brasil* foram escritos, já que a política é uma dimensão fundamental do pensamento de Werneck Vianna, o que se percebe em suas argutas análises de conjuntura, mas também em trabalhos de maior fôlego como aqueles que compõem o livro que ora examinamos. Ademais, esse é outro ponto que aproxima nosso autor de Gramsci. No caso, trata-se fundamentalmente de conjugar “ator” e “fatos”, termos da predileção de Werneck Vianna; isto é, avaliar realisticamente, num ambiente que não se controla inteiramente, como agir. Em outras palavras, política e sociologia aproximam-se.

Mas a proximidade entre os dois autores é mais do que temática, ela se revela no próprio caráter fragmentário de duas de suas principais obras: *Cadernos do cárcere* e *A revolução passiva...* Mesmo que tenha escrito outros trabalhos mais sistemáticos, a começar por sua tese de doutorado, o fragmentário em Werneck Vianna, na verdade, assim como em Gramsci, serve especialmente bem aos propósitos dos autores, que como indica o sociólogo brasileiro, exploram caminhos novos em que é necessário se arriscar.

Não por acaso, Gramsci é a maior influência de Werneck Vianna. Mesmo que Tocqueville e Morse compareçam de maneira decisiva em *A revolução passiva...*, eles fazem isso com base no revolucionário italiano. Ou, como indica nosso autor: “levar Gramsci a sério obrigava, pois, a reler as questões do iberismo e do americanismo na imaginação social brasileira” (Vianna, 1997, p. 9).

Esse procedimento fez de Werneck Vianna um bom leitor em duplo sentido, pois soube articular a leitura do texto do marxista italiano simultaneamente a uma leitura de seu contexto, no qual buscou intervir. O uso criativo que fez do pensamento de Gramsci, junto à referência de Tocqueville e Morse, sugere, também, uma reflexão sobre um problema mais amplo, referente à circulação internacional de ideias. Tendo em vista que a vida intelectual não é espontaneamente internacional (Bourdieu, 2002), é preciso pensar as dificuldades estruturais que este, como qualquer outro espaço social, comporta. As intenções originárias de um autor, compreensíveis em seu contexto, podem ser parcialmente perdidas ou mesmo se tornarem inteligíveis com o uso de seu texto em outro contexto, no qual adquire nova função e significado.

A busca pela compreensão do texto em seu contexto orientou uma série de pesquisas sobre o pensamento político, como as realizadas pela chamada “Escola de Cambridge”. Também nos estudos gramscianos, a preocupação metodológica ganhou destaque em meados dos anos 1970.¹ Desde então, as pesquisas filológicas ganharam força, buscando alinharem-se com rigor às

¹ A edição crítica do conjunto dos *Cadernos do cárcere* organizada por Valentino Gerratana (1916-2000) apresentava os Cadernos pela primeira vez em sua sequência cronológica.

fontes de pesquisa que permitissem uma apreensão compreensiva do contexto específico no qual Gramsci desenvolveu suas ideias e os sentidos que nortearam suas escolhas.

Nessa perspectiva, os que se valem do pensamento gramsciano buscam especialmente o sentido inicial imprimido pelo autor e a sequência exata de sua elaboração, rompendo com uma visão mais sistemática de sua obra. Um resultado importante desses estudos tem sido o de revelar a centralidade assumida pela política no pensamento de Gramsci. O foco voltado às especificidades da questão italiana é uma das pistas, nesse sentido, que nos ajuda a entender a fortuna que seu pensamento encontrou em países distantes, muitos deles situados na periferia do capitalismo.

Nesses contextos, suas ideias passaram a assumir novas funções e novos significados. De modo particular, é possível afirmar que possuiu como característica geral a criação de novos projetos políticos e uma nova ideia da política (Vacca, 2009). A hipótese de Giuseppe Vacca, que afirma ter sido assim “na Itália do pós-guerra”, “na Índia, tanto antes como depois do nascimento dos Subaltern Studies” e também “na América Latina, onde em alguns países, como na Argentina e no Brasil [...] teve um papel fundamental na renovação da história política dos grupos intelectuais, em favor das ‘revoluções democráticas’” (Vacca, 2009, p. 13).

É nesse esforço que se busca pensar a relevância da obra de Luiz Werneck Vianna, no ano em que se completaram 20 anos da publicação de seu livro *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (1997). Para isso, a ideia de “tradução” pode ser útil na medida em que nos permite pensar o uso das categorias de “americanismo” e “revolução” passiva não apenas como uma simples transferência das teses, agora aplicadas ao Brasil, mas, ao contrário, revelando a novidade, seja em termos particulares ou universais.

O próprio Gramsci pensou esse conjunto de problemas em seus escritos carcerários, nos termos da tradução e da tradutibilidade, ao mesmo tempo que foi exemplar do próprio fenômeno, produzindo ideias originais embasado em diversas referências externas; opondo-se à ideia de “aplicação”. O próprio recurso à categoria de revolução passiva em sua obra é ilustrativo disso. Partindo da formulação de Vincenzo Cuoco (1770-1823), já na primeira vez que aparece nos Cadernos, redigidos provavelmente em novembro de 1930, Gramsci assinalava seu potencial explicativo para outros contextos: “o conceito de revolução passiva não parece exato apenas para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (Q. 4, §57)² (Gramsci, 1975, p. 504).

Com base nessa formulação de Cuoco, Gramsci desenvolveu sua reflexão numa multiplicidade de direções, buscando explicar tanto a transição “antijacobina” da burguesia ao

² Neste artigo, utilizamos a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975, na Itália. Para tanto, empregamos Q. “x” para o número do caderno e §“y” para o parágrafo, conforme tal edição.

poder de Estado, quanto sua crise generalizada. A multiplicidade de direções que o conceito assumia era mobilizada por um esforço “interessado” em interpretar a Itália, buscando pensar os rumos de seu desenvolvimento. Werneck Vianna salienta, na obra aqui analisada, que há uma distinção importante entre a fase pré-carcerária e a da escrita dos *Quaderni*, em que o esforço de Gramsci assume uma distância maior dos fatos que marcavam a prática imediata. Esse novo momento, embora salientasse sua “vocaçãõ teórica”, não se encontrava cindido de seus trabalhos anteriores, mas buscava aprofundá-los.

Também é “interessado” o uso de Gramsci realizado por Luiz Werneck Vianna, em que a mesma categoria de revolução passiva se transforma numa ferramenta importante para interpretar o Brasil, ao mesmo tempo que lhe possibilita uma reflexão mais ampla, como mostra *A revolução passiva...* Como sintetizou em texto proferido por ocasião dos 25 anos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Werneck Vianna tinha convicção de que “não se pode entender o Brasil sem a dimensão do agir, embora de um agir muito fragmentado, difuso e disperso” (Vianna, 2001, p. 35-36). Ciente da singularidade brasileira, o autor sempre percebeu os desafios próprios ao país, cuja construção é resultado da união do “latifúndio com a escravidão, do jacaré com a cobra d’água” (Vianna, 2001, p. 35). Fruto desse “cruzamento bizarro”, o pensar no Brasil, quando se forma Estado-nação, nascia entre os “eleitos” e se encontrava não apenas separado, mas desajustado, desconfiado da “empíria brasileira” (Vianna, 2001, p. 37). Como muitos dos que ousaram uma visão integral do país, Werneck Vianna teve também de se ver com o problema das ideias e seu lugar.

Revolução passiva e americanismo

De início, ao relermos *A revolução passiva...*, imaginávamos que a maneira de Werneck Vianna articular Gramsci, Tocqueville e Morse fosse pela categoria de “americanismo”, já que essa é uma preocupação presente nos três autores. Confessamos que achamos até o título do livro que hoje homenageamos equivocado, até porque, em nossa leitura, o decisivo nele seria o “americanismo”, e não a “revolução passiva”. Estávamos, porém, enganados.

Para nós, em especial, pareceu que o americanismo teria, para os três autores, um caráter universal, ou melhor, universalizante, já que se trata fundamentalmente de um processo em que o mundo se torna cada vez mais parecido com a América, entendendo-se os Estados Unidos, desenvolvimento que fascina e assusta esses escritores separados por mais de um século. Nessa referência, para o nobre francês e para o revolucionário italiano, a América fornece a imagem do futuro da Europa.³ Já o historiador norte-americano propõe que a Anglo-América olhe para seu espelho, o que possibilitaria ver e aprender, com sua imagem invertida, a Ibero-América. Mesmo assim, segundo os três autores, o americanismo corresponderia a uma história muito

³ O próprio fascismo é interpretado, nos *Cadernos do cárcere*, como uma “americanização pelo alto” ou “modernização antimoderna”.

particular, destacada especialmente por *A democracia na América* (1835), de Tocqueville: a dos colonos puritanos que, em meio à igualdade, souberam também estabelecer instituições livres.

No caso de Tocqueville, escrevendo em meio ao agitado século XIX francês, a América o interessa especialmente em razão do que nota ser a grande tendência dos últimos sete séculos aparecer lá de maneira mais vigorosa e menos contaminada por outras orientações, até porque se trata de uma sociedade que já nasce democrática e igualitária. Já Gramsci, escrevendo em meio ao não menos agitado entreguerras, identifica a América principalmente com o domínio da estrutura sob a superestrutura, em que não há espaço para classes parasitárias, como a nobreza, o campesinato, os estratos superiores da burocracia e a população marginal urbana, os famosos *lazzarini* de Nápoles (Itália). Por fim, Morse, escrevendo em meio à “crise de autoconfiança” (Morse, 1988, p. 14) dos Estados Unidos e, de maneira mais ampla, do Ocidente do fim do século XX, destaca diferentes visões de mundo, opções culturais tomadas no seio da modernidade.

É especialmente fascinante como Werneck Vianna consegue articular autores tão diferentes, separados por um período de tempo tão longo. Exemplo disso é como interpreta, à luz de Gramsci, a doutrina do interesse que Tocqueville identifica como o principal móvel para que anglo-americanos se associem. A partir daí, em contraste com a Europa do absolutismo, em que corpos intermediários como a nobreza desapareciam, haveria um importante instrumento para a defesa para a liberdade. O sociólogo brasileiro demonstra, inspirado pelo revolucionário italiano, que o aristocrata francês indica que, nos Estados Unidos, por meio do interesse, público e privado se encontram, dando origem a uma peculiar forma de Estado ampliado, que combinaria sociedade civil e sociedade política. Também a interpretação da relação entre americanistas e iberistas no Brasil é claramente inspirada na análise de Gramsci a respeito da relação entre o Partido da Ação e os moderados na Itália do Risorgimento. Americanistas, como Tavares Bastos (1839-1875), depois da agitada Regência, renunciam a enfrentar a questão agrária, não desafiando a direção iberista durante o Império. Identifica, assim, o “atraso”, diferentemente de americanistas argentinos, como Juan Bautista Alberdi (1810-1884) e Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888), não na sociedade civil, mas no Estado, supostamente com traços de “despotismo oriental”. Ora, como percebe nosso autor: “o americanismo como uma reforma política vinda de cima se apresentava como uma contradição em seus próprios termos” (Vianna, 1997, p. 140).

No entanto, esse uso original da categoria de americanismo em Werneck Vianna nos indica que ela não é necessariamente o principal instrumento analítico com o qual conta. De maneira reveladora, interpreta a análise de Gramsci a respeito do americanismo como uma revolução sem revolução, que equivaleria mesmo a “uma Revolução Passiva permanente” (Vianna, 1997, p. 118). Também a Inglaterra, a qual os Estados Unidos deveriam boa parte de suas instituições e de sua liberdade, teria incorrido em transformismo, não rompendo com o passado. Mas, como bem

percebeu Tocqueville, se a democracia inglesa era moderada pela presença de uma aristocracia poderosa, a América já nasceria igual. Em outras palavras, *A revolução passiva...*, agora recorrendo a Gramsci, nota que, no primeiro caso, o transformismo seria garantido por mecanismos políticos, ao passo que, no segundo, ele estaria assentado na infraestrutura, especialmente naquilo que o nobre francês viu como o interesse. No entanto, em ambas as situações haveria mudança, mas não ruptura.

Em termos mais amplos, Werneck Vianna entende que, para Gramsci, o processo de americanização, com o qual também a Europa estaria envolvida, aconteceria como uma revolução passiva. Em outras palavras, antes de Nicos Poulantzas (1936-1979), o revolucionário italiano já perceberia que a Revolução Francesa seria mais um caso atípico do que paradigmático. Em compensação, o interesse por uma revolução sem revolução, tal como a que ocorrera na Itália do Risorgimento, iria além do seu país.

Essa maneira de Werneck Vianna fazer uso de categorias como “americanismo” e “Revolução Passiva” talvez indique algo sobre a forma de pensar do autor. Tais categorias não são estanques, mas assumem determinado conteúdo de acordo com o próprio desenvolvimento do argumento. Nesse sentido, o “americanismo” pode se combinar com a “Revolução Passiva”. Mais especificamente, o americanismo, que é identificado com a ausência de resíduos do passado europeu, ocorre como um processo em que não se passa por algo comparável ao trauma da Revolução Francesa. Na verdade, Gramsci adota procedimento similar com a categoria de “hegemonia”, por exemplo, assumindo variados significados dependendo do ângulo a partir da qual é tratada, o que contribui para a dificuldade de tantos intérpretes de entenderem o significado da formulação. Relacionada a essa forma de pensar, o curso que os fatos assumem depende, para os dois autores, da direção que o ator é capaz de lhes imprimir.

São duas, principalmente, as possibilidades indicadas pela revolução passiva, tal qual apresentada por Werneck Vianna – “como programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando” ou “como ‘critério de interpretação’ para o ator que se invista da representação de portador das mudanças, capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante” (Vianna, 2004, p. 41). Ou seja, como instrumento que confirme e atualize o domínio das classes dominantes, ou como forma de dirigir as classes subalternas com base em um transformismo “de registro positivo”, em que se busca, por meio de uma longa guerra de posições, desorganizar molecularmente a hegemonia dominante (Vianna, 2004).

No caso brasileiro, a marca da revolução passiva é precoce em sua modalidade recessiva, “tendo em vista o sistema de orientação pré-moderno de suas elites políticas, cujo liberalismo é prisioneiro do iberismo territorialista” (Vianna, 2004, p. 46). Começa mesmo com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, que teria dotado as elites de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções europeias de 1848,

disseminou-se pelo Ocidente. Também a independência se estabelece enquanto “revolução sem revolução” (Vianna, 2004, p. 44). O Estado que nasce, invocando e modelando suas instituições políticas de acordo o liberalismo, intensificou a escravidão.

Se na sociedade civil o liberalismo atuava como “fermento revolucionário”, ele não poderia comportar-se como o princípio de sua organização sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e de presença internacional. Para as elites, a primazia da razão política sobre outras racionalidades iria se traduzir em outros objetivos: “preservação e expansão do território e controle sobre a população” (Vianna, 2004, p. 45).

A revolução burguesa seguiu, assim, em continuidade à sua forma “passiva”, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva. Chegou, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e, com base nessa solução, à República, em mais um momento na presença de um dos pilares da economia colonial: “o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores de terra” (Vianna, 2004, p. 47-48).

A expansão da ordem burguesa se dá, dessa forma, através do papel ativo das ideias liberais no contexto de uma sociedade ainda permeada pela ordem patrimonial. Já na década de 1930, a “revolução passiva” adquire uma nova configuração, “agora sob a chave clássica de uma modernização conservadora” (Vianna, 2004, p. 48), quando o seu “elemento revolucionário” passa a ser a questão social, ou seja, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para a grande maioria ainda aprisionada e sob relações de dependência pessoal nos latifúndios.

O Estado que se estrutura agora se coloca em uma base corporativista e é nessa característica que ele encontra a forma de contenção dos setores populares – o “transformismo” – ou seja, a dissolução das lideranças populares e sua cooptação, incluindo aquelas do movimento operário que surgia. É também quando surge a possibilidade da via do transformismo em registro positivo, podendo ser concebido como “melhor passagem para a democratização do país” (Vianna, 2004, p. 49). Nos anos 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), a revolução se reconfigura em “fuga para frente”. A vitalidade desse processo empresta, por suas realizações, principalmente econômicas, legitimidade às elites políticas territorialistas, isolando social e politicamente as elites do liberalismo econômico e a esquerda, representada especialmente pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB) (Vianna, 2004).

A modernização capitalista do Estado brasileiro, dessa forma, seguiu sem um rompimento brusco, por meio de uma “revolução passiva” – de caráter processual, lento e gradual – com “reformas moleculares” que configuraram o novo sobreposto ao velho sem eliminá-lo. É no

panorama de uma modernização conservadora, caracterizada pelo cerceamento do Estado e pelo controle e expropriação dos grupos subalternos, que Werneck Vianna enxerga o golpe de 1964 como continuidade de um processo iniciado em nosso modelo colonial, aprofundado desde a República e, principalmente, em 1930. O golpe militar seria um termo de conclusão ao longo fluxo da revolução passiva brasileira, cumprindo-se como uma “americanização ‘por cima’” e como “acerto de contas com a tradição ibérica” (Vianna, 2004, p. 51).

A agenda da revolução passiva iria se reabrir, em novas condições, no período de transição política à democracia, de cujo binômio democratização política–democratização social se extraiu uma política de erosão, e não de enfrentamento direto, combinando-se as disputas eleitorais com a defesa dos interesses do sindicalismo e a explicitação de uma nova pauta de direitos pelos setores subalternos (Vianna, 2004).

Na argumentação de Vianna (2004), associa-se paralelamente à revolução passiva brasileira dois tipos de “americanização”. À forma de dominação das classes dominantes se associa uma americanização “por cima”, em que o transformismo se caracteriza em sentido negativo, por cooptação dos subalternos, cancelamento de sua identidade e aprofundamento das condições de sua dominação.

Por outro lado, ao menos desde 1958, com a “Declaração de Março” do PCB,⁴ existiria a possibilidade de encarar a revolução passiva sem ser no cenário das elites, passando a incorporar o elemento ativo no processo de transformismo que estava em curso. Mais tarde, na transição democrática, essa possibilidade iria se afirmar, tendo como fermento a democracia, e não mais o liberalismo. A expressão paradigmática, nesse caso, iria se manifestar no movimento dos trabalhadores sem-terra (Vianna, 2004). Tratava-se, nesse caso, de uma americanização tardia realizada “por baixo”.

A essas diferenças de interpretações do americanismo como revolução passiva e seu duplo sentido, Werneck Vianna propõe ainda uma releitura dos textos de Gramsci à luz de um tempo em que a revolução deixa de ser vista como um momento necessário da luta pela igualdade (Vianna, 2004). Essa releitura de Gramsci deveria colocar em destaque a inovação presente em sua elaboração no cárcere, cuja intuição e precocidade indicariam ao ator das classes subalternas que se libertassem das referências históricas anacrônicas, opondo sua “guerra de posição” à “guerra de posição” da burguesia, ambos envolvidos num mesmo processo de revolução passiva (Vianna, 2004, p. 76).

Num contexto em que “o mundo não mais desejava reconhecer-se nas revoluções”, o referencial analítico gramsciano para a interpretação da revolução passiva adquiria então uma

⁴ Afirma-se: “O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país” (Comitê..., 2009).

atualidade geral, não dizendo mais respeito a casos singulares nacionais. Nesse sentido, o ensaio “O ator e os fatos: a revolução e o americanismo em Gramsci” (Vianna, 2004), que poderia ser encarado como uma reflexão de tipo “especializada” e afastada de incidência prática, estabelece, no entanto, uma conexão profunda com o contexto no qual foi elaborado e com um viés político claro. Indo ao texto de Gramsci, Werneck possibilitará entender a revolução passiva como o “sentido dos fatos”, sem perder de vista, assim, a especificidade brasileira explorada no ensaio anterior.

Nos *Quaderni*, segundo Vianna, há uma mudança de perspectiva na elaboração gramsciana, em que se transcende o caso italiano e passa-se a propor uma sociologia histórica comparada. O novo objeto passa a ser o capitalismo enquanto processo mundial, “com ênfase especial no tema da estrutura – os fatos”⁵ (Vianna, 2004, p. 74). Para esse raciocínio, ganha centralidade o “Prefácio à ‘Contribuição à crítica da economia política’” (1859), de Marx, considerado enigmático para a compreensão da revolução passiva em Gramsci. Diferentemente do Gramsci pré-carcerário, que desafiara o texto do “Prefácio...” em favor da revolução de 1917, nos *Quaderni* e, em especial, nas notas sobre o Risorgimento, nas palavras de Vianna, o atraso, em vez de promover uma ruptura revolucionária, teria propiciado uma modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora (Vianna, 2004).

A saída para uma melhor compreensão das relações da superestrutura e da estrutura em Gramsci estaria na Sociologia, com a incorporação da América à galeria de casos nacionais e a sua comparação com o caso italiano. No Risorgimento, havia a primazia da superestrutura na transição à ordem burguesa, o que deu aos intelectuais protagonismo no interior do Estado. Daí sua função negativa, com o papel de “estatalização” da vida social sob domínio burguês. Ao contrário, no capitalismo maduro figurado na América, as supraestruturas seriam tecidas pelos próprios portadores das forças produtivas – aqui estava o cenário do intelectual revolucionário, “orgânico”, vinculado à classe operária (Vianna, 2004).

A revolução passiva seria o contexto do protagonismo político dos intelectuais – de aristocracia do Estado, no contexto risorgimental, eles passam a ser atraídos, em terreno americano, para o polo da estrutura e dos novos sujeitos sociais emergentes com ela. No contexto em que “a hegemonia nasce da fábrica”, há uma complexificação da forma do Estado. A guerra de posição não consiste mais num movimento tático para a preparação de uma guerra final – é nela que se desmontam os nexos internos do Estado com a sua sociedade, desamparando-o de suas “reservas políticas”. O tema da revolução passiva deixava, com isso, de ser história, como no Risorgimento, para se constituir como problema vivo (Vianna, 2004).

⁵ Essa não é uma leitura consensual entre os intérpretes, como o próprio Vianna destaca. Há os que entendem o tema da ruptura, ou do jacobinismo, com ineliminável à construção gramsciana. Para esses, as notas sobre americanismo e fordismo teriam um alcance limitado ao contexto particular americano. De outro lado, em que Werneck Vianna se situa, cujo acento recai sobre a estrutura, as notas sobre americanismo são entendidas como o momento de conclusão da explicação do Risorgimento (Vianna, 2004).



A forma de interpretar o Risorgimento e o americanismo encontra paralelo na análise anterior do caso brasileiro. Haveria uma revolução passiva realizada por “cima” e outra realizada por “baixo”. A primeira era desencadeada principalmente no plano das superestruturas, enquanto a segunda era originada imediatamente em torno da estrutura, em que o campo de articulação da hegemonia é o do mundo da produção. No entanto, mesmo no caso mais atrasado, figurado pela Itália, Gramsci havia ressaltado os elementos de “progresso”, resultado das exigências populares expressas em movimentos inorgânicos e esporádicos (Vianna, 2004). A crítica ao Partido da Ação, nesse sentido, estava voltada ao fato de terem perdido a oportunidade de imprimir uma influência mais popular e democrática no curso do Risorgimento. Parte-se do pressuposto, aqui, que não havia como ir de encontro ao seu caráter passivo. Cabia ao ator, entretanto, ampliar e intensificar as modificações moleculares na estrutura da correlação de forças (Vianna, 2004).

A positividade expressa na revolução passiva estava na possibilidade de imprimir nela uma dinâmica em que a mudança pudesse preponderar por sobre a conservação. Dessa forma, a revolução passiva não deveria ser um programa para o seu ator, mas um critério de interpretação capaz de servi-lo no sentido de mudar a chave da direção do transformismo – de negativo para positivo (Vianna, 2004). Nessa possibilidade, afirma Vianna (2004, p. 105), estaria a “possibilidade de uma tradução do marxismo como uma teoria de transformação sem revolução ‘explosiva’ de tipo francês”.

Tanto no Risorgimento como no americanismo a condição para o transformismo se tornar positivo estaria em seu realismo político. Seria realista a política de cálculo maquiaveliano que se dispusesse a facilitar a passagem molecular dos grupos dirigidos à situação de dirigentes, sendo a democracia o nome institucional dessa passagem (Vianna, 2004). Não se trataria, portanto, de tornar uma revolução “passiva” “ativa”. A questão chave seria a democracia, quando os dirigidos têm favorecido a sua passagem à condição de dirigentes, criando-se oportunidades de intensificação e aceleração das transformações moleculares (Vianna, 2004).

Considerações finais

Como se depreende desde os textos conjunturais dos anos 1980, marcadamente em suas intervenções na revista *Presença*, a ênfase de Werneck Vianna sobre os fatos não significou uma menor ênfase na política, notadamente indicada em sua preocupação em destacar o tema do realismo desde Maquiavel (1469-1527). A democratização como processo permanente abriria uma série de novas possibilidades ao ator, que deveria aproveitar a oportunidade de incutir uma dinâmica positiva ao transformismo, antes dominado pelas elites. Dependia de um olhar realista que captasse o sentido dos fatos para imprimir-lhe um sentido popular e inclusivo, para que a mudança pudesse preponderar por sobre a conservação. Sabemos, desde 1964, que modernização e autoritarismo podem caminhar juntos e que não há garantias fixas no processo de democratização que, ao contrário, têm explicitado o recurso autoritário como recorrente



artifício das elites, desejosas em manter sob seu controle o curso de nossa longa revolução passiva. Confirmam a atualidade da reflexão proposta por Werneck Vianna algumas perguntas sobre nossa atual conjuntura. Vivemos a crise do experimento popular impresso em nossa revolução passiva? Ou os limites de uma solução compartilhada, em que o elemento de conservação permanece a preponderar sobre a mudança? É o ator da democracia que está em crise ou estamos, ainda, à espera dele?

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, [s. l.], v. 145, p. 3-8, dez. 2002.
- COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração sobre a política do PCB. Rio de Janeiro: Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 2009. Redigido em 22 mar. 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VACCA, Giuseppe. Prefazione. In: SCHIRRU, Giancarlo (org.). *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck. O pensar e o agir. *Lua Nova*, São Paulo, n. 54, 2001.